

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	5
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	16
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

O emissor não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos devido à natureza de suas atividades de participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. Os riscos da empresa estão, conseqüentemente, vinculados às investidas Suzano S.A, que possui política específica para gerenciamento de riscos aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme divulgado em seu formulário de referência.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca proteção; ii. os instrumentos utilizados para proteção; e iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a).

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui estrutura operacional e de controles internos para esta finalidade, tendo em vista que não possui política formal de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

O emissor não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado devido à natureza de suas atividades de participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. Os riscos da Companhia estão, consequentemente, vinculados à investida Suzano S.A, que possui políticas específicas para gerenciamento de riscos aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme divulgado em seu Formulário de Referência.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção; ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; e vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, conforme descrito no item (a).

c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui estrutura operacional e de controles internos para esta finalidade, tendo em vista que não possui política formal de gerenciamento de riscos de mercado, conforme descrito no item (a).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:****a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia, que possui natureza de empresa holding, apresenta um ambiente de riscos simplificado não realizando transações negociais com complexidade e frequência comuns a uma empresa operacional; portanto as práticas de controles internos em vigor estão desenhadas a fim de manter o equilíbrio na relação custo x retorno para as atividades de controles.

Para auditar a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre aos diagnósticos da Auditoria Interna e as considerações da Auditoria Externa. A área de auditoria interna, por sua vez, contribui para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está investindo cada vez mais em controles sistêmicos a fim de aprimorá-los.

b) As estruturas organizacionais envolvidas.

A Companhia dispõe da seguinte estrutura para assegurar a elaboração de demonstração financeiras confiáveis:

- Controladoria
- Auditoria Interna
- Auditoria Externa

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelo responsável pela Auditoria interna e pela Diretora Jurídica.

Esta supervisão é realizada através de atividades de avaliação periódica dos riscos, definição e revisão dos planos anuais de auditoria, monitoramento diário do ambiente regulatório e acompanhamento das ações mitigatórias de risco formalizadas nos relatórios de avaliação dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Para o relatório emitido consta apenas uma deficiência, classificada como “outras deficiências” que recomendava a edição de procedimentos internos específicos para a controladoria, que foram concluídos e estão vigentes.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

As questões pontuais reportadas pelos auditores independentes foram tratadas como oportunidades de melhoria e não como deficiências de controles internos da Companhia, não trazendo reflexos sobre as Demonstrações Financeiras auditadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

A Companhia entende que o cenário político-econômico global exige a estruturação de mecanismos de prevenção, detecção e tratamento de riscos corporativos, como no caso de desvios de conduta no relacionamento com a administração pública.

Nesse sentido, considerando que os ativos da Companhia - e consequentemente seus riscos - estão concentrados em investimentos nas empresas Suzano S.A e na sua controladora Suzano Holding S.A., atestamos que estas empresas demonstram seu posicionamento através de documentos internos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta, além de ações internas de promoção à Integridade e Compliance Corporativo.

A Política Anticorrupção da investida Suzano Holding S.A tem como objetivo o combate à corrupção no relacionamento com os agentes da Administração Pública, conforme as diretrizes da Lei nº12.846/13, do Decreto nº 8.420/15 bem como do seu Código de Conduta. O documento orienta os colaboradores da Companhia – sejam eles próprios ou terceiros – quanto às práticas a serem empregadas para evitar atos lesivos à administração pública, fraudes e corrupção, visando garantir os mais altos padrões de integridade alinhados às melhores práticas de Governança Corporativa e Compliance.

As principais diretrizes da Política Anticorrupção da investida incluem: (i) agir de forma transparente, evitando qualquer ação que possa ser interpretada de maneira indevida e/ou não condizente com os negócios da Companhia; (ii) abster-se, em qualquer situação ou circunstância, de prometer, oferecer, induzir e/ou conceder bem de valor ou vantagem, financeira ou não, para um Agente Público ou pessoa relacionada, com o propósito de influenciar decisões ou obter informações privilegiadas e/ou confidenciais sobre oportunidades de negócio, atividades do mercado ou licitações; (iii) não devem fazer parte dos processos decisórios nenhum tipo de favor ou vantagem, assim como brindes, cortesias, entretenimento, doações e contribuições políticas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Política Anticorrupção da investida foi aprovada em agosto/2010 e não possui validade definida. Entendemos que a Política atende às necessidades da Companhia.

O Programa de Integridade pode ser traduzido como um conjunto de ações e mecanismos internos que promovam a integridade e incentivem à denúncia de irregularidades, garantindo a aplicação efetiva do nosso Código de Conduta, valores, políticas e diretrizes. Abrange e orienta todos os colaboradores – próprios e terceiros, além dos parceiros comerciais. As abordagens tratadas nesse programa são conduzidas baseadas na percepção dos gestores da organização, obtidas através de um questionário de integridade para identificação das áreas sensíveis ao relacionamento com agentes/órgãos públicos, além de temas relacionados à brindes e doações.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são representadas na figura da área de Auditoria Interna.

A Diretoria Executiva define as penalidades com base nas investigações e orientações emitidas pela Auditoria Interna.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

(I) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

O Código de Conduta da Suzano Holding S.A. tem por objetivo comprometer os administradores, gestores, colaboradores e stakeholders da Companhia com os princípios éticos que norteiam a nossa conduta empresarial, além de disseminá-los para a nossa rede de relacionamento que abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

(II) se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Os diretores e conselheiros de administração são introduzidos aos valores e cultura da Companhia durante o processo de integração. O pacote de boas-vindas inclui os treinamentos obrigatórios de “Código de Conduta” e “Anticorrupção”.

A metodologia de reciclagem é suportada por duas estratégias: revisitações periódicas dos treinamentos “Código de Conduta” e “Anticorrupção”, além de mecanismos de comunicação corporativa sobre os princípios, valores, diretrizes e políticas da Companhia.

(III) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

O processo de avaliação e resposta à inobservância do Código de Conduta, políticas e procedimentos ou, ainda, normas, leis e regulamentações é responsabilidade da Diretoria Executiva. As sanções incluem, mas não se limitam a (i) advertência informal (somente para violações leves de conduta), (ii) advertência formal, (iii) transferência para outra área/posição, (iv) demissão; e/ou (v) demissão, acompanhada de representação civil e/ou criminal.

(IV) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Conduta aplicável a Suzano Holding foi aprovado pelo Conselho de Administração de sua controlada Suzano S.A, que detém gerenciamento dos riscos de compliance por ser a companhia que conduz prioritariamente os negócios do grupo.

O encaminhamento de eventuais relatos ou denúncias sobre a não-observância do Código de Conduta Suzano poderá ser feito à Ouvidoria Externa, sendo o denunciante, quando identificado, informado do andamento do processo.

O Código de Conduta é um documento público e está disponibilizado na página web do Grupo Suzano no endereço: <http://www.suzanoholding.com.br/governanca/#!codigo-de-conduta>

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia conta com um canal aberto de Ouvidoria, sob gestão independente de empresa terceira. As denúncias podem ser anônimas, se assim desejar o denunciante, e podem ser encaminhadas por meio de uma central telefônica ou da Internet.

O canal de denúncia está disponível a todos administradores, terceiros e demais stakeholders. A apuração e resposta das eventuais violações fica a cargo da Auditoria Interna da Suzano Holding.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

A Companhia busca relações e associações de qualidade. Apesar de historicamente não terem ocorrido operações destas naturezas, Fusões e Aquisições deverão ser estruturadas de maneira a transparecer as negociações e proporcionar segurança às partes envolvidas. Para mitigar os riscos desses processos, as práticas e metodologias adotadas incluirão análises preventivas - usualmente chamadas de due diligence - com o objetivo de formar um estudo que permita identificar contingências e balizar a tomada de decisão.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

No último exercício social não houve alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações relevantes que não tenham sido disponibilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.**

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais
<p>A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, assim como possui acesso a diferentes fontes de financiamento.</p> <p>Nos exercícios de 2019, 2018 e 2017, a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 455 mil, R\$ 313 mil e R\$ 545 mil.</p> <p>Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentados no item 10.1."b" abaixo.</p>
b) Estrutura de capital
<p>O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 37.315 mil, um acréscimo de 4,59%, ou R\$ 1.636 mil, em relação a 31 de dezembro de 2018, e um acréscimo de 87,80%, ou R\$ 17.445 mil, em relação a 31 de dezembro de 2017. A variação é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da marcação dos investimentos ao valor justo de mercado, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.</p> <p>Não existe previsão de resgate de ações no curto ou médio prazos.</p>
c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos
<p>A Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.</p>
d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas
<p>As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.</p>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos ou dívidas relevantes de qualquer natureza.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui financiamentos contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em janeiro de 2019, a Suzano S.A., anteriormente denominada Suzano Papel e Celulose S.A. (“Suzano”) completou o processo de reorganização societária que resultou no controle integral do capital social da Fibria. Após essa transação, considerando que parte da contraprestação foi feita pela Suzano por meio de emissão de novas ações, a Companhia passou a deter 0,05 % do capital total da Suzano.

Em 29 de novembro de 2018 ocorreu a aprovação da transação pela autoridade da concorrência na União Européia, última autoridade da qual a Suzano precisava ter aprovação.

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela investida Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding”), em conjunto com os demais acionistas controladores da investida Suzano (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Suzano”), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. (“Fibria” e, em conjunto com a Suzano, as “Companhias”), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Fibria”), com interveniência e anuência da Suzano, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

bases acionárias da Suzano e da Fibria, mediante a realização de reorganização societária.

Em 21 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente, pelo menos, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; dividendo por ação preferencial de 10% superior ao das ações ordinárias; participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas ou fundos de qualquer natureza, ou mesmo de fracionamento e todos os demais direitos que forem atribuídos às ações ordinárias, ressalvado o direito a voto e conversão em ação ordinária.

Em 10 de novembro de 2017 foi concluída a migração da Suzano para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Suzano em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária. Desta forma as 643.450 ações preferenciais detidas pela Companhia foram convertidas em 643.450 ações ordinárias de emissão da Suzano.

Receita de dividendos: recebimento de dividendos no exercício de 2019, no montante de R\$ 470 mil, no exercício de 2018, no montante de R\$ 299 mil e no exercício de 2017, no montante de R\$ 577 mil.

Ativos financeiros disponíveis para venda: investimentos marcados ao valor justo de mercado com saldo de R\$ 48.120 mil em 31 de dezembro de 2019, R\$ 46.180 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 22.665 mil em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social**

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2019, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 455 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 313 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano e na Suzano Holding, no valor de R\$ 470 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 148 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 157 mil.

No exercício de 2018, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 313 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 545 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano e na Suzano Holding, no valor de R\$ 299 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 141 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 128 mil.

No exercício de 2017, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 545 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 1.461 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano e na Suzano Holding, no valor de R\$ 577 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 185 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 194 mil.

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		
	2019	2018	2017
Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	470	299	577
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(157)	(128)	(194)
Resultado financeiro, líquido	148	141	185
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(5)	(22)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6)	6	(1)
Lucro líquido do exercício	455	313	545

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em			
	2019	2018	2017	
Abertura dos dividendos e juros sobre capital próprio por companhia	Div	Div	Div	JSCP
Suzano Holding S.A.	184	175	208	26
Suzano Papel e Celulose S.A.	286	124	225	118
	470	299	433	144

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
--

Não aplicável.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.
--

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:**

<p>a) Introdução ou alienação de segmento operacional</p> <p>Não aplicável. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.</p>
<p>b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária</p> <p>Não aplicável. Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.</p>
<p>c) eventos ou operações não usuais</p> <p>Em janeiro de 2019, a Suzano completou o processo de reorganização societária que resultou no controle integral do capital social da Fibria. Após essa transação, considerando que parte da contraprestação foi feita pela Suzano por meio de emissão de novas ações, a Companhia passou a deter 0,05 % do capital total da Suzano.</p> <p>Em 29 de novembro de 2018, ocorreu a aprovação da transação pela autoridade da concorrência na União Européia, última autoridade da qual a Suzano precisava ter aprovação.</p> <p>Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela investida Suzano Holding, em conjunto com os Acionistas Controladores da Suzano, e pelos Acionistas Controladores da Fibria, com interveniência e anuência da Suzano, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano e da Fibria, mediante a realização de reorganização societária.</p> <p>Em 21 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.</p> <p>Aos detentores das ações preferenciais é assegurado prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente, pelo menos, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; dividendo por ação preferencial de 10% superior ao das ações ordinárias; participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas ou fundos de qualquer natureza, ou mesmo de fracionamento</p>

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

e todos os demais direitos que forem atribuídos às ações ordinárias, ressalvado o direito a voto e conversão em ação ordinária.

Em 10 de novembro de 2017 foi concluída a migração da Suzano para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Suzano em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária. Desta forma as 643.450 ações preferenciais detidas pela Companhia foram convertidas em 643.450 ações ordinárias de emissão da Suzano.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais**

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis
As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“ <u>CVM</u> ”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“ <u>CPC</u> ”).
b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:
Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.
c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor
Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Comentários dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:**

a) Como os itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.
--

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Descrição dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.